



DISCURSO

& SOCIEDAD

Copyright 2010
ISSN 1887-4606
Vol 4(2), 234-256
www.dissoc.org

Artículo

A pedra, o pau e a pena: silêncio, formação discursiva e dizeres nas fichas do DEOPS

Sticks, stones, and punishment: silence, discursive formation, and sayings in the DEOPS records

Francis Lampoglia

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

Lucília Maria de Sousa Romão

Universidade de São Paulo (USP) / Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)/ CNPQ, Brasil

Resumo

Esse artigo analisa quatro fichas do DEOPS que tratam da greve dos metalúrgicos do ABC paulista de 1980, durante a ditadura militar brasileira. Para tanto, mobilizaremos a teoria da Análise do Discurso de matriz francesa, fundada por Michel Pêcheux e Jean Dubois. Interessa-nos investigar os efeitos de sentidos que são falados nas fichas sobre a memória da greve do ABC e o que esse evento representou para a sociedade e para a ditadura que vigorava no período. Também são observados os silêncios impostos pela voz do sujeito policial sobre a voz do sujeito detido. Através da análise dos documentos selecionados, percebemos como a formação discursiva, a memória e arquivo discursivo, inseridas em dado contexto sócio-histórico, inscrevem-se nesses discursos e influenciam na produção de sentidos, indicando o tenso caminho entre a história e a língua. Observa-se que esses movimentos de sentidos inscritos nos documentos compreendem uma maneira de refletir sobre a linguagem afetada permanentemente pela história, marcando como os sentidos migram em função da posição que o sujeito ocupa, enfim, como a circulação de dizeres nos documentos do DEOPS dialoga com os sentidos em outros contextos sócio-históricos.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Ditadura Militar; Greve dos Metalúrgicos; DEOPS.

Abstract

This article analyzes four records of DEOPS that treat of the metallurgists' of ABC from São Paulo 1980, strike during the Brazilian military dictatorship. For so much, we will mobilize the theory of the Analysis of the Discourse of French head office, founded by Michel Pêcheux and Jean Dubois, it Interests to investigate us the effects of senses that are talked in the records about the memory of the strike of ABC and the one that that event represented for the society and for the dictatorship that invigorated in the period. The silences are also observed imposed by the subject policeman's voice on the detained subject's voice. Through the analysis of the selected documents, we noticed as the discursive formation, the memory and discursive file, inserted in given partner-historical context, they enroll in those discourses and they influence in the production of senses, indicating the tense road between the history and the language. It is observed that those movements of senses enrolled in the documents they understand a way to contemplate on the language affected permanently by the history, marking as the senses migrates in function of the position that the subject occupies, finally, as the circulation of sayings in the documents of DEOPS dialogues with the senses in other partner-historical contexts.

Keywords: Analysis of the Discourse; Military dictatorship; Strike of the Metallurgists; DEOPS.

Introdução: o nosso percurso

“Eu não sei bem o que seja/ Mas
sei que seja o que será/ O que
será que será que se veja/ Vai
passar por lá” – Chico Buarque

O presente trabalho investiga o funcionamento discursivo de um corpus constituído por um conjunto de quatro documentos do arquivo do DEOPS (Departamento de Ordem Política e Social), coletados a partir do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que tratam sobre a greve dos metalúrgicos do ABC paulista. Tendo como fundamento teórico a Análise do Discurso de matriz francesa de Michel Pêcheux, nosso interesse é estudar o modo como a ideologia interpela o sujeito, como a inscrição histórica dos sentidos é materializada e como o silêncio e a formação discursiva são inscritos. Para tanto, propomos o seguinte percurso: primeiro apresentaremos uma discussão sobre a teoria francesa do discurso, em seguida por breve contextualização histórica das condições de produção dos discursos no período do governo militar no Brasil, e, posteriormente, procederemos à análise discursiva dos dados coletados. Por fim, apresentamos as nossas considerações finais.

A teoria discursiva: discurso, sujeito e silêncio

“Linha linha de montagem/ A
cor a coragem/ Cora coração/
Abecê abecedário/ Ópera
operário/ Pé no pé no chão” –
Chico Buarque

A Análise do Discurso (AD) de matriz francesa, fundada por Michel Pêcheux e Jean Dubois em 1969, tem como objeto de estudo o discurso, concebendo-o como “efeito de sentido entre interlocutores” (PÊCHEUX, 1969, p. 82), ou seja, como sentido em jogo e em movimento definido a partir da posição que o sujeito ocupa. Referimo-nos aqui não ao sujeito como o indivíduo empírico ou ser biológico, mas como posição discursiva, inserido em “uma conjuntura social, tomado em um lugar social, histórica e ideologicamente marcado; um sujeito que não é homogêneo, e sim heterogêneo, constituído por um conjunto de diferentes vozes.” (FERNANDES, 2005, P. 13). Sujeito este que é interpelado pela ideologia, mecanismo que torna óbvio e evidente um dizer, apagando sentidos

indesejáveis e que garante ao sujeito a ilusão de ser livre para enunciar e ser dono dos sentidos que produz. Conforme Haroche (2000, p. 178),

(...) o assujeitamento, ligado à ambigüidade do termo sujeito (este com efeito significava tanto livre, responsável, quanto passivo e submisso), exprime bem esta “ficção” de liberdade e de vontade do sujeito: o indivíduo é determinado, mas, para agir, ele deve ter a ilusão de ser livre mesmo quando se submete.

Imaginando-se livre, o sujeito submete-se à condição de sujeito de linguagem e tem a impressão de ser origem do que diz, sendo que, na verdade, ele sempre retoma sentidos que já existiam anteriormente e que já foram produzidos em outros contextos sociais. Aqui temos o que Pêcheux (1969) denominou esquecimento de número 1, que é da ordem do inconsciente e resultado da interpelação ideológica. Já o esquecimento de número 2 refere-se à ilusão de que há uma relação direta entre pensamento e linguagem. Orlandi (2005, p. 35) define o esquecimento número 2 como “da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro.”

Além das ilusões de ser origem dos sentidos e da possibilidade unívoca do dizer, o sujeito é afetado por uma sensação ilusória de transparência dos sentidos. Essa impressão de evidência ocorre pelo trabalho da ideologia sobre o sujeito, sendo os sentidos formulados no interior de uma determinada formação discursiva. Pêcheux (1997, p. 161) afirma que

(...) se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva.

A noção de formação discursiva (FD) refere-se ao conjunto de dizeres que derivam de uma formação ideológica, formando discursos sobre determinado assunto. Numa FD, existem determinados sentidos que podem e devem circular, de modo a reproduzir a ideologia dominante. Pêcheux (1997, p. 160) denomina de “formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Ao expressar-se e tomar a palavra, o sujeito interpelado é tomado por um conjunto de palavras em detrimento de outras,

o que faz com que, ao dizer, ele produza silenciamentos de outras formas de dizer, ou seja, dizendo de um modo, parece evidente, ao sujeito, que exista apenas um modo de enunciar, o que faz falar o apagamento de todas as outras formas de dizer que poderiam substituir o seu dito. A esse apagamento constitutivo, Orlandi (2001, p. 129) dá o nome de condição de significação do silêncio nos seguintes termos: “em princípio o silêncio não fala, ele significa. Se traduzimos o silêncio em palavras há transferência, logo, deslizamento de sentidos, o que produz outros efeitos. Isto se deve ao fato de que mesmo se o silêncio não fala, enquanto forma significativa, ele tem sua materialidade, sua forma material específica.”

Assim, no entender da autora, o silêncio pode ser distinguido entre o silêncio fundador e a política do silêncio. O primeiro é o que existe nas palavras, é o princípio da significação, silêncio que não consta apenas “entre” as palavras, mas as atravessa (ORLANDI, 2007, p. 68), pois ele “é o indício de uma instância significativa. Isso nos leva à compreensão do “vazio” da linguagem como horizonte e não como falta”. O silêncio fundador, como pressuposto de significação, imprime a incompletude constitutiva da linguagem no que se refere ao sentido; ou seja, quanto mais palavras são ditas – na tentativa de suprir possíveis deslocamentos de sentido que o silêncio poderia suscitar – mais o silêncio se instala, dando margem a outros sentidos possíveis; com isso, mais existe a ser dito. E assim, a roda do/de dizer não pára de girar.

Orlandi (2007, p. 69-71) observa ainda que esse movimento é um dos aspectos da polissemia, “como o “a-mais” – na sua relação com a linguagem verbal”. Retomando o trabalho de M. Le Bot (1984), a autora expõe que “se os sentidos e as palavras não estivessem limitados pelo silêncio, o sentido das palavras já há muito teria dito tudo o que se pode dizer”. (LE BOT, 1984, apud ORLANDI, 2007, p. 71). Já a política do silêncio pode ser de ordem constitutiva ou local (censura), que ocorre quando determinado dizer é proibido de circular socialmente e, em determinada conjuntura, passa a ser interdito não apenas de ser dito, mas também a possibilidade de os sentidos circularem, de serem historicizados, produzindo outras, novas e divergentes interpretações. A censura é frequentemente relacionada aos regimes autoritários, ditatoriais, olvidando-se que nos sistemas democráticos esse tipo de silêncio é atuante, particularmente na mídia, diga-se de passagem. Num jornal, por exemplo, o editor personifica a figura do censor e suprime certas matérias e dizeres que contrariem os interesses de determinados grupos ou classes sociais, agrupamentos esses que configuram, majoritariamente, em patrocinadores do periódico; não avançaremos aqui visto que esse não é o foco desse trabalho.

Essa noção de silêncio é um conceito que está ligado ao esquecimento número 1 e ao mecanismo da interpelação ideológica de modo visceral; com isso, sustentamos que, dependendo da posição-sujeito e do modo como a ideologia o interpela, o sentido dominante parece tão evidente que faz calar outros, tornando indesejáveis outras possibilidades de enunciados. Quando, nas relações de poder, o discurso legitimado é do tipo autoritário (Orlandi, 1999), o ato de silenciar diz respeito não apenas à proibição de certos enunciados ou palavras mas, sobretudo, às antecipações do sujeito sobre os efeitos de perigo e ameaça que o dizer pode instalar, o que implica considerar o outro e o objeto discursivo. Impedido de dizer e de colocar em movimento certas regiões da memória, o sujeito imaginiza o risco de desafiar o discurso dominante e legitimado, passando a se calar ou a dizer de modo deslocado ou metafórico, movimento de resistência que as canções desse mesmo período materializaram no nosso país.

Segundo Orlandi (2007), a política do silêncio, ou censura, é um subtipo da política do silêncio, forma de interdição do dizer; a autora aponta alguns exemplos de respostas silenciosas ocorridas no período do regime militar; dentre elas, destacam-se as lacunas dos jornais deixadas por matérias censuradas, “vazios” em que os editores eram obrigados a preenchê-las com fragmentos de poemas ou receitas culinárias, o realismo fantástico e as metáforas utilizadas em obras de literatura, formas de comunicação e de resistência sofisticadas, deixando entrever a luta política de militantes da libertação nacional por meio de canções e o medo de obter informações passíveis de serem exigidas sob tortura. A censura indica que pode haver um sentido outro, pois a “censura é um sintoma de que ali pode haver outro sentido. Na censura, está a resistência; na proibição, o “outro sentido” (ORLANDI, 2007, p. 118). Assim sendo, ao silenciar certos sentidos, outros são postos em circulação, fazendo falar, desse modo, a constituição da identidade do sujeito em movimentos de deslocamento, resistência e ruptura. Considerando que a identidade do sujeito está sempre em movimento, a censura tenta conter essa movimentação ao bloquear o contato do sujeito com outras regiões de sentido e impedir igualmente que os sentidos sejam historicizados pelo sujeito, proibindo-lhe a identificar-se com certas regiões do dizer e a ocupar determinadas posições. Orlandi (2007, p. 104) explica que

(...) a censura tal como a definimos é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições. Se se considera que o dizível define-se pelo conjunto de formações discursivas em suas relações, a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições. Como a identidade é um movimento, afeta-se assim esse movimento. Desse modo, impede-se que o sujeito, na relação

com o dizível, identifique-se com certas regiões do dizer pelas quais ele representa como (socialmente) responsável, como autor.

A circulação do sujeito em outras formações discursivas é contida e limitada, o que, no nosso caso, não impediu que o tema comunismo fosse abordado publicamente durante a ditadura, desde que tal abordagem fosse condizente com os preceitos ideológicos do regime militar e de sua censura. Mariani (1998, p. 211) ressalta que “a ditadura não impede que se fale sobre o comunismo ou sobre os atos terroristas, desde que esse dizer esteja orientado conforme as regras de censura”. O silêncio local também afeta a inscrição dos acontecimentos na memória já que, ao impedir a circulação de certos sentidos e certas ocorrências, tem-se a impressão de que eles nunca ocorreram, pois não chegaram a serem inscritos na memória. Pêcheux (1999, p. 50) fala sobre o processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória sob uma dupla forma-limite: “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever;” e “o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido”. Orlandi (1999, p. 60) comenta a nuance entre essas duas possibilidades, ao discutir sobre a significação de maio de 1968, “(...) é como se não tivesse ocorrido (b), não porque foi absorvido, mas, ao contrário, justamente porque escapa à inscrição na memória (a). É este, acreditamos nós, o caso da censura em geral.”

Com essa discussão, marcamos que os efeitos de censura não se restringem ao momento da interdição, mas afetam também a historicidade, pois os sentidos sobre mundo nem chegam a inscrever-se na memória, ficando banidos de/do dizer, cabendo ao sujeito nada dizer ou dizer de modo cifrado.

Um pouco de história: a greve dos metalúrgicos do ABC

“As cabeças levantadas/
Máquinas paradas/ Dia de
pescar/ Pois quem toca o trem
pra frente/ Também de repente/
Pode o trem parar”- Chico
Buarque

Os anos 70 foram especialmente marcantes na história brasileira. Iniciada com a forte repressão ditatorial oriunda do AI-5 editada em 1968, a década de 1970 foi marcada por vitórias esportivas (como o Tricampeonato Mundial de Futebol, as conquistas de Emerson Fittipaldi no automobilismo e de Éder Jofre no boxe) e pelo “Milagre Econômico” (ou “Milagre

Brasileiro”, modelo econômico que aumentou a desigualdade social, gerando concentração de renda às custas do achatamento salarial das classes baixas (CHIAVENATO, 1994, p. 86). Entretanto, os acontecimentos nos quais nos deteremos remontam ao final desta década, em que movimentos sociais, notadamente a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, figuram no cenário brasileiro reivindicando direitos e afrontando o regime militar.

No período final da década de 70, a ditadura militar encontra-se abalada pelo esgotamento do denominado “Milagre”, devido à alta dos preços do petróleo, e pela derrota eleitoral da Arena para o MDB (SANTANA, 2008). O movimento estudantil, em 1977, e o movimento pela anistia, em 1979, marcam o descontentamento para com o regime e condensaram sentidos de resistência e indignação em uma formação discursiva até então silenciada. Imerso nessa conjuntura, irrompe o levante dos operários do ABC; os anos de 1978, 1979 e 1980 foram marcados por assembléias que reuniam mais de 100 mil trabalhadores e, dentre suas principais reivindicações, segundo Djalma Bom (2006), constavam a liberdade e autonomia sindical (considerando que até então, o sindicato era uma entidade de colaboração com o Estado), a jornada de 40 horas semanais sem redução do salário, a garantia de emprego, o salário mínimo profissional, o controle das chefias, a redução das faixas salariais, de 20 para no máximo 3, a redução do ritmo de trabalho em linha de montagem e formação de comissões de fábrica (BOM, 2006, p. 317).

A greve dos metalúrgicos enfrentava dois blocos, sendo um o Estado repressivo e o outro as empresas onde eles trabalhavam. A organização capitalista do processo de trabalho dentro das empresas tinha como objetivos reduzir o trabalhador a um simples executor de tarefas, cronometrando os movimentos dos funcionários e controlando-os para evitar agrupamentos e troca de idéias (op. cit., p.318). Seguindo esses objetivos, os patrões se utilizavam de normas para domesticar e controlar o comportamento dos funcionários com grupos informais de administração de pessoal, sistema de segurança interna das empresas, linha de montagem como sistema de produção e exploração, além de chefias, gerentes, mestres, contramestres, encarregados e líderes, tudo como instrumento contra os trabalhadores (op. cit., p. 318).

Para o Estado, tais reivindicações eram uma afronta ao regime, dado que a ditadura militar vigente era totalmente a favor do capital estrangeiro e da entrada das chamadas multinacionais, marcando os efeitos de desenvolvimento e progresso econômico da nação. Alguns dos instrumentos do Estado repressivo contra os trabalhadores eram: a Lei de Segurança Nacional, o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho, os técnicos do governo que manipularam os índices dos preços (que comentaremos abaixo) e a própria ditadura militar (BOM, 2006, p. 317-318). De posse desses

instrumentos, o governo interferia nos sindicatos, cassava diretores, prendia e enquadrava na Lei de Segurança Nacional, autorizava a demissão dos trabalhadores por justa causa sob a proteção da Justiça do Trabalho e infiltrava agentes do SNI nas manifestações, seja disfarçados de jornalistas ou de trabalhadores. (op. cit., p.318). Diante das táticas e instrumentos aplicados pelos patrões e pelo Estado, os trabalhadores utilizavam, como formas de organização e de lutas, o sindicato; as assembleias e reuniões; as comissões de mobilização; os piquetes nas portas das fábricas; os congressos de 1974, 1976 e 1978; e o Fundo de Greve, além da formação de idéias que levaram à fundação da CUT e do PT. O Fundo de Greve, formado a partir da greve de 1978 e fundado em 1979, foi criado para amparar o trabalhador que, envolvido no movimento grevista, não recebia salário para custear suas despesas; assim, o Fundo recolhia doações de alimentos destinados a essas pessoas e promovia a distribuição de acordo com o número de membros de cada família, dando atendimento a 120 mil pessoas na campanha de 1980, partilhando 480 toneladas de alimentos.

Todo mundo mandava a sua solidariedade. Era um copo de óleo, um quilo de arroz, um saco de batata, um pacote de macarrão, um saquinho de feijão, de farinha etc. E não era só do ABC, não. Era de toda a Grande São Paulo, do Estado e do Brasil. Vinham de todos os cantos pequenas e grandes cargas de alimentos. E a gente tinha que tomar cuidado porque a repressão da ditadura brecava as kombis e os caminhões que traziam mantimentos. O pessoal usava da inteligência e driblava a repressão. Nesta solidariedade juntaram-se o movimento de bairros, de favelas, de igreja, de oposições sindicais, enfim, vinha ajuda de todo o lado das classes populares. (...) É interessante que a greve de 1980 mostrou mais uma vez na história que o povo é o grande solidário do próprio povo. (MENEZES, 2006, p.314-315).

O Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foram frutos desses movimentos sociais; o primeiro reuniu correntes heterogêneas, agrupando o operariado urbano, a Igreja e grupos de esquerda, tendo como fundador Luis Inácio da Silva (Lula). Já a CUT, foi criada no intuito de constituir-se numa central que organizaria os movimentos operários em todo o país.

Começaram a pipocar por todo o país greves e movimentos de trabalhadores. E o mais importante é que isto nos alertou para a necessidade da criação de uma organização única de todos os trabalhadores. Foi então que começou a ser discutida a criação de uma central, que originariamente era uma central única de trabalhadores, mas que, lamentavelmente, depois, teve divisões. (MENEGUELLI, 2006, p. 313).

O achatamento salarial provocado pela crise econômica, a repressão do Estado e as condições de trabalho não foram as únicas razões que incitaram a greve dos operários. Dentre os acontecimentos que motivaram a categoria a ir à luta foi a descoberta¹ da manipulação do regime entre 1973 e 1974

sobre os índices de inflação, que mascarou o custo de vida, subtraindo 34,1% dos salários dos trabalhadores, fazendo com que milhares deles cruzassem os braços. Diante desse quadro, foram realizadas várias greves no final da década de 70, destacando-se a greve de São Bernardo liderada por Lula, manifestação que recebeu o apoio de diferentes movimentos sociais que se solidarizaram com a luta dos metalúrgicos. Uma das greves pós-64 ocorreu em 12 de maio de 1978 e foi deflagrada pelos funcionários da Saab-Scania. Com quatro dias de paralisação, a diretoria do sindicato conseguiu um acordo “boca a boca” com a direção da empresa. Entretanto,

(...) pressionada pelos outros setores da indústria automobilística, a Scania não cumpriu o acordo, trocando os 20% das reivindicações por parcos 6,5%. Nova mobilização foi tentada, mas, mediante as práticas repressivas da empresa, não se efetivou. Contudo, as mobilizações por fábrica já se alastravam pelo ABC paulista. (SANTANA, 2008, p. 49)

Esse acontecimento serviu como base para a campanha salarial da categoria metalúrgica em 1979, campanha esta coordenada pela Federação dos Metalúrgicos, que reunia 34 sindicatos de todo o Estado (TRIBUNA METALÚRGICA DO ABC, 2009). No dia 12 de março a Federação dos Metalúrgicos rompeu a campanha unitária e aceitou os 44% de reajuste oferecido pela FIESP. Contudo, os metalúrgicos do ABC continuaram a greve. No dia 13 de março de 1979, houve assembleia realizada no Estádio Vila Euclides, em que Lula, em cima de mesas e sem microfone, discursou para mais de 60 mil pessoas, sendo suas palavras repetidas em coro pelos que estavam mais perto dele, para que os mais distantes ouvissem (MAUÉS, ABRAMO, 2006, p. 307). Nesse mesmo dia, a FIESP entrou com um pedido de julgamento no TRT (Tribunal Regional do Trabalho) que concedeu os 44% de reajuste e declarou a greve ilegal (TRIBUNA METALÚRGICA DO ABC, 2009, p. 04). Mas uma das mobilizações mais importantes do movimento sindical no Brasil, para Djalma Bom (2006), foi o de 1º de maio de 1980, em que os trabalhadores, cercados por todo um aparato militar repressivo, “mantiveram-se concentrados para reivindicar a liberdade dos sindicalistas presos e para exigir o cumprimento da pauta de reivindicações” (BOM, 2006, p. 319).

A greve de 1980 foi um marco na história do Brasil. Quando a gente viu, naquele 1º de Maio de 1980, o Exército bater em retirada da praça da Matriz, a gente explodiu porque foi uma vitória. Quando a gente viu que as metralhadoras baixaram, quando a gente viu os cães ferozes colocarem o rabo entre as pernas, quando a gente viu os helicópteros sumirem do céu, quando a gente viu os “espinha de peixe” voltarem para suas casernas, aquilo foi emocionante. Ali estavam em torno de 100 mil pessoas, pressionando, e acabaram saindo em passeata pelas ruas até ocupar a praça. (...) Aquilo foi um grito, um basta a uma ditadura que prendeu, torturou, processou e matou.” (MENEZES, 2006, p. 314)

A greve de 1980 foi mais organizada, dadas as experiências dos movimentos de 1978 e 1979, e foi também mais intensa, dada a solidariedade dos outros movimentos sociais à campanha. Luiz Inácio da Silva, líder operário que lutou para que os empresários reconhecessem o sindicato, afirma que

Quando foi em 1980, no começo do ano a gente intensificou o trabalho na porta da fábrica. Intensificou: era pau a pau. Eu ia para a porta da fábrica de manhã, de tarde e de noite. E aí, quando chegou a hora, nós fizemos uma greve ainda maior que a de 1979. Fui preso com 17 dias de greve. A greve continuou mais 25 dias e o pessoal voltou para trabalhar. Porque na cabeça dos companheiros passava o seguinte: “Nós aguentamos 500 dias de greve...”. Eles não tinham dimensão de que é muito difícil o trabalhador ficar 40 dias sem receber salário. Só quando ele está desempregado. Tem compromissos, conta de luz, conta de água, despesas. Então, foi importante a categoria ter feito os 41 dias de greve. Por quê? Porque ela aprendeu uma grande lição comparando com a experiência da greve de 1979. (SILVA, 2006, p. 308).

Tais sentidos de intensidade das reivindicações dos trabalhadores, de continuação/ interrupção da greve e de aprendizado na práxis marcaram também um política de silêncio mais intensa com perseguições, prisões e fichamentos de operários pelo DEOPS. É justamente isso que iremos flagrar a partir de agora na análise dos dados.

Análise discursiva dos dados coletados: as fichas dos metalúrgicos do ABC

“Gente que conhece e prensa / A
brasa da fornalha/O guincho do
esmeril/ Gente que carrega a
tralha/ Ai, essa tralha imensa/
Chamada Brasil” – Chico
Buarque

Nosso corpus de análise é constituído de fichas de metalúrgicos que foram presos no contexto das greves do ABC e que foram colocados na posição de ameaçadores da ordem e da tranquilidade social, tal como o discurso dominante inscrevia, o que indicia uma formação discursiva dominante dentro da qual os lugares de metalúrgico grevista e de sindicalista eram considerados criminosos. Mais à frente, apontaremos como as seqüências discursivas inscrevem tais posições no discurso; por hora, registramos

apenas que, dentro do nosso corpus, os exemplos aqui apresentados fazem falar regularidades tanto no funcionamento das posições-sujeito, quanto do silêncio. Visitamos o Arquivo Público do Estado para a coleta de dados e selecionamos, para esse trabalho, alguns dados que encontramos, tendo o trabalho de observá-los sob a luz da teoria discursiva, especialmente das noções de sujeito, formação discursiva e silêncio.

11

149689

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO

ATENÇÃO
Atirou pedras mot

DIA : 18-04-80

NOME:

RG Nº

APELIDO : nt PMS

NACIONALIDADE: bras. ESTADO CIVIL : solt.

ONDE NASCEU : S.Andre-SP

IDADE : 26 a. - 19-10-1953

FILIAÇÃO - pai -
 mãe -

RESIDÊNCIA :

PROFISSÃO : industrial

ONDE TRABALHA : Braçmetal Waelzholz * Diadema

SABE LER E ESCREVER : sim.

QUANTO GANHA : -19.000,00 E SINDICALIZADO? - não.

HA QUANTO TEMPO?

TEM CARRO ? não. MARCA? PLACA ?

ESTUDA ? não. O QUE ?

ONDE ?

MOTIVO DA DETENÇÃO:
 greve dos metalurgicos - foi detido nas proximidades do
 sind. atirando pedras em viatura policial, - quebrou o vidro.

Observa-se neste recorte a necessidade de marcar a ação de atirar pedras nos policiais, já que tal ação condiz com a formação imaginária do sujeito-opositor do regime como violento, bárbaro, que recorre à força bruta para conseguir seu intento. Por outro lado, nada se fala sobre a violência policial, que é apagada ao colocar em destaque o ato rebelde do metalúrgico. Com isso, “se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos” (ORLANDI, 1997, p. 73-74). Desta forma, esse silenciamento em relação à ação policial tem respaldo na formação discursiva condizente com a ditadura militar. Isto porque, segundo Orlandi,

(...) o discurso se constitui em seu sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. (ORLANDI, 2005, p. 43)

Nota-se que a ação foi marcada duas vezes, uma pela máquina de escrever, no campo formal, dedicado à descrição do motivo da detenção, e outro informal, escrito a mão e sublinhado, remetendo ao sentido de colocar em evidência a informação tida como relevante, já que o enunciado em destaque pede atenção. Analisa-se que entre os dois enunciados, há uma mudança de alvo, sendo que no datilografado o atingido era o carro, a viatura policial, já no aviso escrito a mão o alvo são os PM's, a figura do sujeito. Com isto, observa-se que com a mudança do alvo, modificam-se com ele os sentidos. Ao atingir a viatura, o sujeito-metalúrgico depreda o patrimônio público, lesando algo de que não tem como reagir. Já ao ter como alvo a pessoa do sujeito-policial, o sujeito-indiciado fere não só a pessoa física, mas desacata a autoridade policial, que é passível de reação. Verificamos também que a ação foi repetida duas vezes, tendo como alvo objetos/sujeitos diferentes, remete ao sentido de adição, de que além de atirar pedra nas viaturas, foram atiradas pedras também nos PM's, na pessoa do policial. Conforme Pêcheux,

(...) as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 1997, p. 160)

3

149889

18

**SUBSTITUÍDO EM CASOS DE NECESSIDADE DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO**

ATENÇÃO

**A TIROV PEDRAS
NOS PMS**

DIA : 18-04-80

NOVA:

Nº Nº n/ports doc.

APRESENTO :

nt.

NACIONALIDADE: bras.

ESTADO CIVIL : solt.

LOCAL RESCEN : Santa Cruz de Capibaribe-PE

IDADE : 27 a. - branco - 18-01-1953

VIAGEM : sim -

sem -

RESIDENCIA :

PROFISSÃO : motorista autonomo -

ONDE TRABALHA : presta serviços para Translor

SABE LER E ESCRIVER : sim.

QUANTO SALAR : 30.000,00

É SINDICALIZADO? - sim

Em QUANTO TEMPO : quatro meses:

TEM CARRO ? **carreta** **MARKY** **M.Bens 1313**

PLACA ?

RETCOM ? não.

é 362 ?

COMO ?

DETIDO EM DEZEMBRO:

seve dos Metalurgicos - foi detido por atirar pedas em policiais nas proximidades do sítio dos met. em SBC

Neste recorte, como no anterior, também foi marcada duas vezes a expressão relacionada à ação de atirar pedras nos policiais. É possível observar também que a palavra utilizada para descrever a ação foi o verbo “atirar” e não “jogar” ou “lançar”. Efeito do mecanismo de esquecimento de número 2 em que “ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro.” (ORLANDI, 2005, p. 35). A palavra “atirar”

remete à aceção de atingir com intenção de ferir um alvo certo, como atirar com uma arma de fogo, sentidos esses que não seriam mobilizados se a palavra empregada fosse “jogar”, pois este traria consigo o significado de aleatório, sem a intenção de atingir um alvo.

Nota-se que o objeto atirado, a arma utilizada contra os policiais, foram as pedras, remetendo a um recurso primitivo de ataque e defesa. O ato de atirar pedras não exige habilidades especiais como o manejo de uma arma de fogo, por exemplo. Além disso, pedras são encontradas com facilidade nas vias públicas e o acesso a elas é ilimitado, podendo pessoas de todas as idades fazer uso delas. A arma primitiva dos metalúrgicos, frisada a todo momento nas fichas, contrasta com as armas aprimoradas dos policiais, como o revólver, o gás lacrimogênio, o fuzil, entre outros, os quais são silenciados no percorrer das fichas.

Também observamos que, no campo idade, foi acrescentada a cor da pele, revelando a importância de classificar a etnia do sujeito indiciado, inscrevendo um efeito de dizer em que branco remete ao não-negro, o que implica a marca da origem do Brasil escravagista, sinal que retorna aqui fazendo falar o “perigo” não apenas do negro, mas do branco grevista, politizado, subversivo. Com isto, é possível analisar que elementos de outras formações discursivas – como no caso da palavra “branco” que remete a FD do escravagismo e da discriminação racial – podem atravessar a FD dominante da ditadura militar a qual o sujeito se filia. Segundo Pêcheux,

(...) a noção de formação discursiva (FD) começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estruturalmente fechado, pois é constitutivamente “invadido” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais. (PÊCHEUX, 1969, p. 314)

A frequência com que se utilizam as abreviações, como “sind. dos met. em SBC”, indicia uma marca importante do funcionamento discursivo que faz falar o efeito de importância do movimento grevista naquele momento sócio-histórico, já que, para o sujeito-policial, o sentido das abreviações é tão evidente e óbvio que não há a necessidade de completá-los, certos de que o sujeito-leitor compreenderá e partilhará esse sentido dominante. No entanto, é necessário que o leitor tenha acesso ao interdiscurso para saber do que se trata uma greve dos metalúrgicos, da importância dela para a história do Brasil, o que representa um movimento grevista em período ditatorial; tudo isso é reclamado para poder completar as letras que foram omitidas.

149689

7

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
POLÍCIA GERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

ATENÇÃO - Cortou o dedo da mão atirando pedras.

DIA : 18/04/80

NOME :

RG Nº : APELLIDO : não

NACIONALIDADE: Brasileira ESTADO CIVIL : solteiro

ONDE NASCEU : Claro dos Poções-RN

IDADE : 21 anos

FILIAÇÃO -- pai --
mãe --

RESIDÊNCIA :

PROFISSÃO : Ajudante geral

ONDE TRABALHA : Onix

SABE LER E ESCRVER : sim

QUANTO GANHA Cr\$ 23,75 E SINDICALIZADO? - não

HA QUANTO TEMPO?

TEM CARTELO ? não MARCA ? PLACA ?

ESTUDA ? não O QUE ?

ONDE ?

MOTIVO DA DETENÇÃO: Greve dos Metalúrgicos-encontrava-se nas proximidades do Sind. dos Metal. de S.B. do Campo

4

Neste recorte, verificamos, mais uma vez, que estar nas proximidades do sindicato era motivo para ser detido, já que o sentido de estar perto do local de greve significava o comprometimento com a causa operária. A greve dos metalúrgicos remontava discursivamente, no imaginário do regime militar, ao movimento comunista, política temida e rechaçada pelos apoiadores do capitalismo no período da Guerra Fria – crença em voga no momento da

produção da ficha. Mais uma vez, a FD que sustentava o discurso do governo militar era não somente atravessada por diferentes formações discursivas, mas também era influenciada pelo momento histórico. Nas palavras de Indursky (1997), temos que

(...) ao invés de caracterizar isoladamente cada FD, deve-se salientar o contato existente entre diferentes FD provenientes da mesma FI [formação ideológica], a qual, ao mesmo tempo, é uma e dividida, apresentando uma contradição desigual. Para tanto, é preciso pôr em evidência as formas pelas quais elementos preconstituídos, produzidos no exterior da FD, são interiorizados, acolhidos, absorvidos, reconfigurados, denegados ou ignorados por uma FD determinada. (INDURSKY, 1997, p. 35)

No canto da ficha, há a inscrição “Atenção – cortou o dedo da mão atirando pedras.” Neste trecho, diferentemente das fichas anteriormente analisadas, existe a presença do ponto final, remetendo ao sentido de que tudo o que se tinha a dizer foi dito naquela frase escrita a mão ou, pelo menos, o que havia de mais importante a dizer, já que o ponto final “funciona imaginariamente como um signo de acabamento” (ORLANDI, 2001a, p. 116). Esse sinal de pontuação [...] “exclui o que não está lá (mas em outro lugar). No espaço, ele marca a extensão mínima do corpo do texto” (ibidem, p. 122). É possível notar que o sujeito da frase está elíptico e que o verbo “atirar” no gerúndio produz tanto um efeito de causalidade (cortou o dedo da mão porque estava atirando pedras) como o de circunstância (cortou o dedo da mão no momento em que estava atirando pedras). A omissão do conector, que liga as duas frases, possibilita a interpretação de diferentes sentidos, o que marca a tanto uma deriva dos sentidos quanto um silenciamento de sentidos indesejáveis. Ainda no trecho selecionado, existe uma falta no enunciado que nos permite perguntar: quem cortou o dedo? Quem estava atirando pedras? Em que lugar? Quem ou o que era(m) o alvo das pedras? Revela-se aqui a incompletude da linguagem, explicada por Ferreira (2000, p.24) da seguinte forma:

(...) os enunciados da língua podem sempre escapar à organização da língua, ao trabalho da razão e da lógica sobre a linguagem. É neste espaço que se localizam os “furos” e as “faltas” que são estruturantes e próprios à ordem da língua. É o lugar enfim da incompletude da linguagem, onde tudo e tanto acontece...

E essa incompleta condição será observada nos recortes que se seguem como constitutiva da própria língua e também como marca dos dizeres que analisamos e que nos remetem à impossibilidade de dizer, à censura, ao medo de enunciar sobre sentidos considerados perigosos, proibidos e interditados.

5

149689

10

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

DATA : 18/04/80

NOME :

Atarácio
atirou pedras

RG Nº não porta doc.

APELLIDO : não

nos PMS

NACIONALIDADE: brasileira

ESTADO CIVIL : casado e

ONDE NASCEU : Lençóis -BA

feriu-se na
orelha

IDADE : 53 anos

FILIAÇÃO - pai -
mãe -

RESIDÊNCIA :

PROFISSÃO : Modelador

ONDE TRABALHA : Brastemp

SABE LER E ESCRVER : sim

QUANTO GANHA : R\$ 91,00 ph

É SINDICALIZADO? - sim

HÁ QUANTO TEMPO? 15 anos

TEM CARGO ? sim

MARKA? Corcel

PLACA ?

ESTUDA não

O QUE ?

ONDE ?

MOTIVO DA DETENÇÃO: Greve dos Metalúrgicos- encontrava-se nas proximidades do Sind. dos Metal. de S.B. do Campo
obs. apedrejou Viaçura da Rota.

No recorte acima, observamos que o alvo do apedrejamento recebe a inicial maiúscula, marcando que não se trata de uma viatura comum, mas de um destacamento especial da polícia, a Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), que é a tropa reserva do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo e que executa o patrulhamento ostensivo motorizado

do Batalhão Tobias de Aguiar. Este Batalhão participou de inúmeras Campanhas Militares como a de Canudos (1887), Levante do Forte de Copacabana (1922), Revolução de 1930 e Campanha do Vale do Rio Ribeira do Iguape, em 1970, instituída por Carlos Lamarca (1970) (1º BPCHQ, 2010, p.1), sempre com vistas a conter manifestantes considerados subversivos e perigosos. Observa-se, então, que “*Rota*” mobiliza outro sentido, diferente do que a palavra “polícia” inscreve, qual seja, faz falar a força militar capaz de calar, destinada a fazer silenciar. Pela memória discursiva, as modalidades de policiamento e a história das lutas populares, retornam atribuindo um poder à Rota, marcado pela maiúscula.

O verbo “apedrejar”, derivado da palavra “pedra”, faz com que os sentidos de violência sejam ativados em relação ao apedrejamento. Apedrejar remonta, pela memória discursiva, aos relatos bíblicos e aos sentidos de humilhação, desonra e insulto, marcando aqui como a polícia é discursivizada na posição de vítima das pedras alheias e não como gestora e mantenedora da violência. No trecho escrito a mão “Atenção atirou pedra nos PMS e feriu-se na orelha” percebe-se que o conectivo “e” que liga as duas orações atua tanto como uma partícula aditiva (atirou pedras nos PM’s e também se feriu na orelha) como de causalidade (as pedras causaram o ferimento na orelha). O ferimento pode ter sido causado quando o metalúrgico atira pedras e, numa manobra infeliz, acerta sua própria orelha ou em alguma outra circunstância, como numa queda, por exemplo.

Observa-se que a partícula reflexiva “se” marca como autor do ferimento o próprio sujeito, apagando qualquer participação de outrem, inclusive da polícia e, assim, retirando a responsabilidade e a autoria da violência da instituição militar. Percebe-se aqui a importância de definir quem provocou o ferimento, eximindo, por antecipação, os policiais envolvidos na apreensão do indiciado de qualquer culpa. A partícula reflexiva, associada ao enunciado, põe em relevo a formação imaginária do sujeito-policia em relação ao sujeito-indiciado, tomando-o como tão violento que fere a si mesmo; ou seja, o enunciado intensifica a violência do sujeito-metalúrgico colocando-o na posição de perigoso.

Considerações finais

No percorrer deste artigo foram discutidos alguns conceitos da Análise do Discurso francesa, tais como as noções de discurso, sujeito e silêncio, tomando-os em sua especificidade para olharmos para um corpus constituído por documentos oficiais guardados no Arquivo Público do Estado. Buscamos relacionar a importância das condições de produção dos discursos para a produção de sentidos, inscritos como evidentes pelo efeito da ideologia; no nosso caso, efeitos de aprisionamento e criminalização dos

operários que articularam discursos de resistência e reivindicação no âmbito das greves do ABC no final dos anos 70. As marcas dos dizeres analisados fizeram falar efeitos de regiões da memória discursiva, quais sejam, de um lado, sentidos do discurso dominante tecido pelo imaginário militar e de combate e perseguição aos denominados “de esquerda” e, de outro, dos operários que instalavam efeitos de greve e manifestação coletiva, colocando em movimento o poder estabelecido. Com isso, verificamos que as quatro fichas analisadas compartilham da mesma formação discursiva, sendo esta atravessada por elementos de diferentes FD’s. Também flagramos os usos sociais das palavras em outros contextos, marcando a memória caudatária que sustenta a produção de sentidos dos sujeitos. Podemos, assim, entender que os atos de linguagem apóiam-se em (in)certos dizeres já colocados em discurso antes, algo que faz repercutir, ressoar, ecoar e retornar, no nosso caso, uma trama histórica de relações dos/com os sentidos de autoritarismo, repressão e silenciamento.

Notas

¹ Não há consenso sobre quem descobriu a manipulação desses dados, se foi o DIEESE (MENEGUELLI, 2006) ou se o Banco Mundial. (SANTANA, 2008).

² Recorte retirado da ficha policial do Deops (datado de 18/04/1980) sob guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo e cedido à pesquisadora sob assinatura de termo de responsabilidade. O nome do indiciado e demais informações pessoais foram omitidos para proteger a identidade do indivíduo. Prontuário n° 149.689. p. 11.

³ Recorte retirado da ficha policial do Deops (datado de 18/04/1980) sob guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo e cedido à pesquisadora sob assinatura de termo de responsabilidade. O nome do indiciado e demais informações pessoais foram omitidos para proteger a identidade do indivíduo. Prontuário n° 149.689. p. 18.

⁴ Recorte retirado da ficha policial do Deops (datado de 18/04/1980) sob guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo e cedido à pesquisadora sob assinatura de termo de responsabilidade. O nome do indiciado e demais informações pessoais foram omitidos para proteger a identidade do indivíduo. Prontuário n° 149.689. p. 7.

⁵ Recorte retirado da ficha policial do Deops (datado de 18/04/1980) sob guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo e cedido à pesquisadora sob assinatura de termo de responsabilidade. O nome do indiciado e demais informações pessoais foram omitidos para proteger a identidade do indivíduo. Prontuário n° 149.689. p. 10.

Referências bibliográficas

- 1º batalhão de polícia de choque:** Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar – Rota. (2010). Disponível em: <<http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/1bpchq/historico.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2010.
- Bom, D. (2006)** “O que foi importante para a greve”. In: MAUÉS, F. & ABRAMO, Z. W. (2006) *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. p.317-319.
- Chiavenato, J. J. (1994)** *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna.
- Fernandes, C. A. (2005)** *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas.
- Ferreira, A. B. H. (1993)** *Minidicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ferreira, M. C. L. (2000)** *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS.
- Haroche, C. (2000)** *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: HUCITEC.
- Indursky, F. (1997)** *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Unicamp.
- Le Bot, M. (1984)** "Le silence dans lês mots". *Corps Ecrit*, n. 12. Paris: PUF.
- Mariani, B. (1998)** *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan.
- Maués, F. & ABRAMO, Z. W. (2006)** *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Meneguelli, J. (2006)** “Uma greve de todo o Brasil.” In: MAUÉS, F. & ABRAMO, Z. W. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. p. 310-314.
- Menezes, G. (2006)** “Um basta à ditadura.” In: In: MAUÉS, F. & ABRAMO, Z. W. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. p. 314-316.
- Orlandi, E. P. (1999)** Papel da memória. In: ACHARD, P. et. al. *Papel da Memória*. Campinas: Pontes.
- ____ (2001a) *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas: Pontes.

- ____ (2001b) *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp.
- ____ (2003) *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª edição, Campinas: Pontes, 2003.
- ____ (2005) *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- ____ (2007) *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp.
- Pêcheux, M. (1969)** “Análise Automática do Discurso.” In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) (1990) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp.
- ____ (1997) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp.
- ____ (1999) “Papel da memória”. In: ACHARD, P. et. al. *Papel da Memória*. Campinas: Pontes. p. 49-57.
- Romão, L. M. S. & PACÍFICO, S. M. R. (2007)** Mora-dores de rua falados e significados no/pelo discurso jornalístico. RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – UNICAMP. Campinas, SP, n. 13, março 2007.
- Santana, M. A. (2008)** “Trinta anos das greves do ABC”. *Democracia viva*, n. 40, set. 2008. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/DV_40_artigo2.pdf> Acesso em: 27 jul. 2009.
- Silva, L. I. L. (2006)** “Sou o fiel resultado da minha categoria”. In: MAUÉS, F. & ABRAMO, Z. W. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. p. 307-308.
- Sindicato dos metalúrgicos ABC. (2009)** “A primeira greve geral durante a ditadura”. *Tribuna metalúrgica*, 17 mar. 2009. Disponível em: <http://www.smabc.org.br/interag/tribuna_pdf/%7B44EF69C6-9D1A-4405-A8F1-4640CC546F1C%7D_tribu_2_617.pdf> Acesso em: 26 jul. 2009.

Notas Biográficas



Francis Lampoglia é bacharel em Ciências da Informação e da Documentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP). Atualmente é mestranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e bolsista CAPES. E-mail: francidusp@hotmail.com.



Lucília Maria Sousa Romão é professora doutora do Curso de Graduação de Ciências da Informação e da Documentação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP). Professora colaboradora do Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). CNPQ. E-mail: luciliamsr@ffclrp.usp.br.